

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.437 - MG (2019/0289837-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : FRANCISCO PAULO DA SILVA (PRESO)
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FRANCISCO PAULO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a ordem visada no *Writ* 1.0000.19.093.153-5/000 para manter as medidas cautelares impostas em seu desfavor (monitoração eletrônica e suspensão da posse/porte de arma de fogo).

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos nos arts. 121, § 2º, incisos I, IV e V, c/c o art. 29, e 121, § 2º, incisos IV e V, c/c o art. 29, todos no Código Penal, e no art. 2º, caput e §§ 2º e 4º, inciso II, da Lei n. 10.850/2013.

Nesta via, o recorrente alega, em breve síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, sob o argumento de que as medidas cautelares ora combatidas teriam sido impostas pela Magistrada primeva, de ofício e sem fundamentação concreta.

Quanto à monitoração eletrônica, sustenta que não "*houve demonstração por parte Autoridade coatora sobre a NECESSIDADE/PROPORCIONALIDADE de aplicar ao paciente nova medida cautelar, VEXATÓRIA E GRAVOSA, sobretudo em razão do mesmo estar há quase 4 (QUATRO) MESES em liberdade, além de que as medidas impostas anteriormente foram suficientes para resguardar a ordem pública, a instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal*" (e-STJ fl. 327).

Ainda, aduz que a proibição de posse e a restrição ao porte de arma de fogo fixada em seu desfavor não o teria sido em relação aos corréus Max e Fidelcino, também policiais, devendo lhe ser estendido esse entendimento, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, o provimento do presente recurso para que seja revogada a medida cautelar de monitoramento eletrônico e permitida a posse e o porte de arma de fogo.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório próprio desta via, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou, *in verbis*:

"[...]"

Sem razão, data vênua, a impetração, quando pugna pela revogação da monitoração eletrônica implantada ao paciente.

É que, em detida análise dos autos, observa-se que a decisão que determinou a utilização de tornozeleira

Superior Tribunal de Justiça

eletrônica pelo paciente e demais corréus encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos do processo, não havendo, por ora, que se falar em constrangimento ilegal. Nestes termos, conforme justificou a i. Magistrada a quo:

'Recentemente o Estado de Minas Gerais disponibilizou tornozeleiras eletrônicas para a Comarca de Governador Valadares. Tais equipamentos, à época da concessão da liberdade condicionada, ainda não estavam disponíveis, razão pela qual o monitoramento eletrônico não constou do rol das condições impostas pelo juízo para manutenção do benefício.

Certo é que, havendo disponibilidade de equipamentos em número suficiente para atender aos réus que tiveram sua liberdade restabelecida neste processo criminal e estão efetivamente soltos, não há impedimento para que, neste momento, se estabeleça a obrigatoriedade de monitoramento eletrônico como forma de se atribuir ainda mais efetividade àquelas medidas já previamente determinadas.

Ora, a todos os réus foi imposta a proibição de se ausentarem da comarca de origem, salvo para comparecerem aos atos do processo ou mediante prévia autorização judicial, sob pena de revogação. É público e notório que a fiscalização do cumprimento desta condição é de difícil execução, máxime quando parte dos denunciados possuem residência fora da extensão territorial desta comarca - como realmente ocorre com boa parte dos réus neste feito - e, evidentemente, à razão da baixa fiscalização e de policiamento ostensivo nas vias urbanas e rodovias que cortam esta região do Estado.

Não se olvide, ainda, que o Egrégio Tribunal de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça, quando da concessão da ordem de soltura dos denunciados FRANCISCO PAULO DA SILVA, MARCOS FELICÍSSIMO GONÇALVES, DARLAN MEDEIROS JÚNIOR, JAILSON BENEDITO DE SOUZA SANTOS, MÁRCIO ANTÔNIO AQUINO VENDRAMINI, EDSON FERNANDES DOS SANTOS JÚNIOR E FELIPE RODRIGUES DOS SANTOS possibilitou ao juízo a imposição das cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, motivo pelo qual a complementação do rol de cautelares mostra-se perfeitamente idônea.

Superior Tribunal de Justiça

(fls. 46/47, anexo nº 16) – destaquei.'

Nestes termos, contrariamente ao alegado pela impetração, a determinação de implementação da tornozeleira eletrônica não configura agravamento do quadro fático do paciente, tratando-se, em verdade, de um meio de fiscalização das medidas anteriormente impostas, em especial, a proibição de se ausentar da comarca sem autorização judicial e do recolhimento noturno e aos finais de semana.

Ora, a monitoração eletrônica, como sabido, justifica-se como forma de fiscalizar o cumprimento das medidas em meio aberto fixadas, permitindo-se conhecer o paradeiro do indivíduo, sendo, portanto, um eficiente meio de controle das imposições cautelares diversas da prisão.

[...]

JÚNIOR, JAILSON BENEDITO DE SOUZA SANTOS, MÁRCIO ANTÔNIO AQUINO VENDRAMINI, EDSON FERNANDES DOS SANTOS JÚNIOR E FELIPE RODRIGUES DOS SANTOS possibilitou ao juízo a imposição das cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, motivo pelo qual a complementação do rol de cautelares mostra-se perfeitamente idônea. (fls. 46/47, anexo nº 16) – destaquei.

Nestes termos, contrariamente ao alegado pela impetração, a determinação de implementação da tornozeleira eletrônica não configura agravamento do quadro fático do paciente, tratando-se, em verdade, de um meio de fiscalização das medidas anteriormente impostas, em especial, a proibição de se ausentar da comarca sem autorização judicial e do recolhimento noturno e aos finais de semana.

Ora, a monitoração eletrônica, como sabido, justifica-se como forma de fiscalizar o cumprimento das medidas em meio aberto fixadas, permitindo-se conhecer o paradeiro do indivíduo, sendo, portanto, um eficiente meio de controle das imposições cautelares diversas da prisão" (e-STJ fls. 290-293) .

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos neste momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria o recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator